

17 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

## Alternativas da Justiça

**Presidente eleito do STF e do CNJ acerta ao apontar necessidade de desafogar o Judiciário, estimulando mecanismos extrajudiciais**

Eleito para presidir o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelos próximos dois anos, o ministro Ricardo Lewandowski sinalizou, na última quinta-feira (14), que sua gestão à frente do Poder Judiciário terá como uma de suas marcas o estímulo aos meios alternativos de solução de conflitos.

Há, de fato, enorme descompasso entre a estrutura judiciária nacional e o número de ações a ela submetidas. São, como calculou Lewandowski, “quase 100 milhões de processos em tramitação para apenas 18 mil juízes, dos tribunais federais, estaduais, trabalhistas, eleitorais e militares”.

Na opinião do ministro, a situação decorre de uma certa mentalidade vigente no universo jurídico brasileiro, segundo a qual “todos os conflitos e problemas sociais serão resolvidos mediante o ajuizamento de um processo”.

O resultado é conhecido: juízes assoberbados e uma Justiça que, pela sobrecarga, demora demais a dizer quem tem razão em uma controvérsia. A lentidão custa caro não só às partes diretamente envolvidas mas também ao país, incapaz, por exemplo, de oferecer um am-

biente atraente para os negócios.

Felizmente, avolumam-se os sinais de que os operadores do Direito dão conta do esgotamento dessa visão tradicional da profissão. Em artigo publicado nesta Folha, Marcos da Costa, presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, defendeu maior estímulo às vias de negociação que dispensam a interferência do Judiciário.

Enquadram-se nessa categoria mecanismos como a mediação e a conciliação —em que os próprios envolvidos buscam um acordo—, além da arbitragem, em que as partes se submetem à opinião de especialistas no assunto e aceitam a decisão por eles emitida.

Todos esses instrumentos já vinham sendo estimulados por Joaquim Barbosa à frente do CNJ. É alvissareiro, por mais desavenças que o recém-aposentado ministro e Lewandowski tivessem, que prevaleça a orientação institucional desse órgão de importância crescente na organização da Justiça.

Se quiser dar uma contribuição específica nessa seara, Lewandowski poderia expandir os esforços para que também o Estado brasileiro, em todas as suas figuras jurídicas, use os meios alternativos nos processos de que é parte.

Afinal, não há como desafogar o Judiciário sem considerar o peso do maior litigante do país —o poder público está em 51% dos processos em tramitação nos tribunais.

17 AGO 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### STF

O novo presidente do Supremo Tribunal Federal, em sua primeira fala, pediu um aumento de salário. Extremamente inoportuna a sua reivindicação. Detentor do maior salário pago pelo governo, não produz o mínimo que justifique tão polpuda remuneração.

Dados divulgados pela mídia informavam que no início de 2013 dormiam nos arquivos do Supremo mais de 2.500 processos julgados, mas sem acórdão, e quase 70 mil processos sem julgamento.

Nada justifica tamanho caos. Se o salário fosse por produtividade, eles teriam de trabalhar de graça por um bom tempo.

PAULO HENRIQUE COIMBRA DE OLIVEIRA (Rio de Janeiro, RJ)

O brilhante e sempre esperto Ricardo Lewandowski, que já trabalhou para o PT em São Bernardo, disse aos juizes no seu primeiro discurso como presidente do STF que irá pedir um salário melhor, pois o atual está aquém do que eles realmente merecem.

ZUREIA BARUCH JR. (São Paulo, SP)

### GASPARI

#### ESPIRAL

O ministro Ricardo Lewandowski assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal e imediatamente vestiu o manto de presidente do sindicato dos magistrados.

Defendeu um aumento salarial para os juizes usando uma expressão capaz de assombrar Lula e a doutora Dilma. Segundo ele, há no Brasil uma "espiral inflacionária".

17 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

IMAGINAÇÃO

PROSA, POESIA E TRADUÇÃO

# Prezada dona Justiça,

JUAN PABLO VILLALOBOS  
tradução SÉRGIO MOLINA  
ilustração SÉRGIO SISTER

*Praças e Tribunais de Justiça do Brasil e muitos outros lugares do mundo — menos minha cidade natal.*

Antes de mais nada, dona Justiça, devo confessar que, lá onde nasci, a senhora era figura rara. Não me interprete mal, por favor, não estou insinuando que na minha cidade ou no meu país falte justiça —o que de fato acontece, mas não vamos antecipar as coisas. Eu simplesmente queria começar contando que na minha cidade não se via —e, até onde eu sei, não se vê— sua figura em locais públicos. Vasculhei minuciosamente minha memória —incluindo as lembranças inventadas— e juro que não consegui localizar uma escultura, uma pintura ou pelo menos um grafite onde a senhora aparecesse. Estranho, não é? O mais provável é que sua ausência tenha uma explicação sem graça, que se deva a motivos burocráticos, quer dizer, ao fato de a administração da Justiça ser centralizada. Minha cidade não é capital do Estado, não é capital de coisa nenhuma. Ergo: não tem nenhum órgão próprio de Justiça, o que nos condena à ausência do prédio de um tribunal, que teria na entrada e à vista de todos aquela sua figura de olhos vendados, com seu par de pratinhos na mão direita e a espada na esquerda.

Se não me falha a memória —depois de muito puxar por ela, tanto que talvez a misture com a imaginação— a primeira imagem da senhora que vi na vida foi na televisão. Deve ter sido num filme de advogado ou num desenho de super-heróis. A senhora percebe, dona Justiça? Em nenhum dos casos se trataria de um produto de ficção nacional, os dois são ficções importadas dos Estados Unidos. Volto a lhe pedir que não

me interprete mal, não há segundas intenções na minha afirmação —não estou dizendo que a Justiça no meu país seja importada dos Estados Unidos. Só acho curioso uma pessoa que cresceu numa cidadezinha mexicana ter tido o primeiro contato com a senhora Justiça através de uma imagem produzida pela poderosíssima indústria do entretenimento do país vizinho.

A senhora notou, dona Justiça, que num espaço muito breve já lhe pedi duas vezes para não me interpretar mal? Me dá um pouco de vergonha, mas imagino que a senhora já deva estar acostumada, sendo, como é, sujeita a infinitas interpretações.

Desculpe o atrevimento, dona Justiça, mas desde que vendaram seus olhos eu sempre tenho a impressão de que a senhora foi sequestrada. Não precisa que a gente mande alguém para providenciar seu resgate?

Por outro lado, gostaria de lhe sugerir algumas mudanças na sua imagem. Não sei se a senhora costuma ver televisão —imagino que não, a não ser que tire a venda dos olhos depois do expediente—, mas agora são muito comuns uns programas que transformam a aparência das pessoas. No início mostram uma pessoa que faz questão de parecer feia. E no fim do programa essa mesma pessoa aparece linda de morrer. Sei que muita gente acha que isso é uma frivolidade —e é mesmo, quando se trata de seres humanos—, mas acontece que a senhora, dona Justiça, não é um ser humano: é pura imagem. Na minha humilde opinião, a senhora devia encurtar um pouco a saia, ser mais generosa no decote, inclinar o corpo de um jeito mais sugestivo. Numa palavra: ser mais sensual. A senhora pode imaginar? Eu posso: uma dona Justiça que provoque desejo.

CONTINUA

17 AGO 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

E já que quebramos o gelo, gostaria também de falar sobre os pratinhos da balança que a senhora segura na mão direita. Eles me dão angústia. A interpretação mais corrente diz que esses pratinhos representam o equilíbrio entre o verdadeiro e o justo. Certo. Só que eu acho que eles transmitem uma tremenda fragilidade, como se esse equilíbrio, na prática, fosse impossível. É um problema gravíssimo, que põe em risco sua credibilidade e a confiança dos seres humanos! Não sei se a senhora está a par do espírito da nossa época. Deixe eu lhe dizer uma coisa: já não restam muitos idealistas, a maioria deles se bandeou para o time dos pragmáticos. E o que um pragmático pode pensar vendo a senhora de olhos vendados segurando dois pratinhos numa mão e uma pesada espada na outra? “Impossível!”, é o que ele vai pensar, que é impossível haver justiça.

Por último, mas nem por isso menos importante, queria lhe falar da espada, símbolo do poder da razão e da justiça. Hoje em dia já não gostamos muito de armas, sabe? Quer dizer, muita gente gosta delas e as usa, mas digamos que nossas sociedades não têm uma boa imagem das armas nem das pessoas que gostam delas e as usam. Sugiro duas alternativas. Se a senhora faz mesmo questão de continuar sendo idealista — coisa que eu aplaudo —, é melhor trocar a espada por um livro ou por uma folha de papel que simbolize nossas leis. Se, ao contrário, a senhora quer convencer os pragmáticos com um elemento dissuasivo — o que também não seria má ideia, dada a situação do mundo —, seria melhor esquecer a espada e comprar logo uma arma de fogo. Uma pistola. Uma escopeta. Melhor ainda! Uma Uzi, um AK-47!

Pode ser que a esta altura, cara dona Justiça, a senhora esteja escandalizada. Se for assim, peço que me desculpe. Minha imaginação foi condicionada pelo fato de não ter crescido perto de uma imagem sua. A senhora provoca em mim uma terrível saudade, a mesma que sentem os amantes separados por milhares de quilômetros. Acredite que o que me move é o mais puro amor por tudo que a senhora representa.

Sempre seu,  
Juan Pablo Villalobos



# FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

## !!! Não ao voto nulo!

17 AGO 2014

BRASÍLIA - As manifestações de junho de 2013 foram uma explosão de insatisfações. O acidente do Cessna 560 XL foi uma explosão que repõe as coisas no devido lugar.

A grande maioria dos brasileiros ou não conhecia ou tinha uma vaga ideia de quem era Eduardo Campos, este que aliados, adversários e jornalistas, antes tão críticos, agora descrevem (descrevemos) como um político excepcional e uma pessoa afável, virtuosa, de vida exemplar.

Em algum ponto entre a paixão destrutiva da eleição e a comoção endeusadora da morte, se encaixa o candidato Campos, com seus defeitos, suas qualidades e suas potencialidades. E é exatamente nesse ponto que devemos também ajustar os candidatos à nossa disposição, esses que tentam sobreviver às pressões deletérias pré-eleitorais.

O governo produz uma profusão de dados preocupantes na economia (portanto, para o futuro), mas Dilma é uma mulher honesta, bem intencionada, empenhada fazer o que julga melhor para o país.

O jeito alegre, de festas e noitadas, gera desconfiança em relação a Aécio Neves, mas, tal como Campos, seu avô fez história e seus dois governos em Minas estão no topo dos mais bem avaliados do país.

Eduardo Jorge (PV) tem ótimos serviços prestados à saúde e à mulher. Luciana Genro (PSOL) tem o frescor dos idealistas. Até o Pastor Everaldo (PSC), goste-se ou não, representa um forte segmento.

Everm aí Marina Silva, com um carimbo conservador, mas a promessa de um "novo jeito de fazer política" e de um país equilibrado entre o crescimento econômico e a distribuição mais equitativa do bem-estar. Se preferirem, entre PSDB e PT.

A prateleira de opções é rica, variada e expõe os melhores produtos do mercado político. Depende de você, eleitor, escolher o melhor para o país e o futuro. A crítica é construtiva, a descrença é estéril.

Como pregou Campos, "não desista do Brasil!". Não ao voto nulo!

16 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Itaú terá de indenizar cliente no caso Madoff

Para o Tribunal de Justiça, banco é responsável por intermediar aplicação em fundo de um 'falsário'; cabe recurso

**Banco prefere não comentar se vai recorrer ou propor acordo com o cliente para encerrar caso**

**TONI SCIARRETTA**  
DE SÃO PAULO

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o Banco Itaú a indenizar um cliente do private bank, responsável pela gestão de fortunas, que aplicou em um fundo gerido pelo ex-presidente do conselho da Bolsa Nasdaq Bernard Madoff, preso por crime financeiro em 2009 nos EUA.

O Itaú terá de indenizar a cliente Clemencia Beatriz Wolthers em R\$ 355,3 mil, mais 10% das custas dos advogados. Ela havia aplicado US\$ 150 mil no fundo americano Fairfield Sentry, que era um dos principais investidores em Madoff.

A decisão, do último dia 8, foi da 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça. No entender dos desembargadores, embora seja um investimento de risco assumido pelo cliente, o banco deve ser responsabilizado por intermediar a aplicação de um "falsário".

Madoff foi condenado a 150 anos de prisão por simular a gestão de fundos de investimento fictício (pirâmide financeira), ocasionando perdas estimadas à época em US\$ 65 bilhões aos clientes.

"Uma coisa é aplicar determinado numerário em operação de risco, e a outra, totalmente distinta, é permitir a aplicação em fundo que, de-

liberadamente, atuou de forma sabidamente fraudulenta", escreveu o desembargador Roberto Mac Craken, que presidiu a câmara.

## PAPA DOS FUNDOS

Na decisão, o desembargador afirma que o Itaú teve participação ativa na recomendação do investimento. Cita inclusive um comunicado do banco, encaminhado à cliente, que considera Madoff o "papa" dos fundos de hedge e o Fairfield como tendo um "rígido controle de risco".

"Recebemos capacidade para novas captações para o fundo Fairfield Sentry, sem sombra de dúvida um dos melhores (senão o melhor) hedge funds do mercado (...) O Fairfield Sentru é um hedge fund administrado por Bernard Madoff, considerado o papa dos hedge funds", disse a instituição financeira nesse comunicado.

"Com um rígido controle de risco (...), o Fairfield possui uma das melhores relações risco x retorno entre os fundos de sua categoria. A estratégia conta com um track record [histórico] de 16 anos e nunca apresentou retornos anuais negativos", afirmava o banco.

Segundo o desembargador, o Itaú deveria ter aplicado toda a sua diligência para não permitir a aplicação em fundo fraudulento. "Tal cautela, em nenhum momento restou provada", escreveu.

O banco pode recorrer ainda na 22ª Câmara do TJ. Se a decisão for mantida, poderá

apelar ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília.

Além do Itaú, o Santander também distribuiu fundos de Madoff para clientes brasileiros. O banco espanhol ofereceu aos clientes a possibilidade de acordo para devolver o dinheiro investido.

Procurado, o Itaú disse que não vai se pronunciar sobre o assunto. O banco também não respondeu se vai apelar da decisão ou propor acordo.

## SAIBA MAIS

### Fundo recuperou US\$ 9,8 bilhões para investidores

O fundo criado para resarcir as vítimas de Bernard Madoff já recuperou US\$ 9,8 bilhões por meio de acordos com bancos e outras instituições que negociaram para aplicar com o ex-presidente da Nasdaq.

Cerca de US\$ 6 bilhões já foram pagos a investidores — de 119 países.

16 AGO 2014

## FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

### Justiça acertou ao livrar casal que vetou transfusão

*A Justiça agiu bem ao livrar de responder por homicídio doloso o casal que, por sua religião, não autorizou transfusão na filha, que morreu. Não dá para dizer que isso seja mais errado que vetar a contracepção.*

HÉLIO SCHWARTSMAN

### Balbúrdia teológica

**SÃO PAULO.** A bioética é a mais depressiva das especialidades filosóficas. Seus manuais são uma coleção de situações médicas trágicas que geram dilemas sem solução feliz. Se existe um princípio heurístico nessa triste disciplina, é o de que o respeito à autonomia do paciente e seus familiares é quase sempre a resposta menos ruim.

Faço essa introdução a propósito da decisão do Superior Tribunal de Justiça que livrou de ir a júri popular, isto é, de responder por homicídio doloso, o casal de pais que, por serem testemunhas de Jeová, não autorizou uma transfusão de sangue em sua filha menor, que morreu.

Penso que o STJ agiu bem. O que define primariamente o dolo no homicídio é a intenção de matar, o que, obviamente, não se era o desejo dos pais. De uns anos para cá, porém, o Ministério Público, provavelmente para obter condenações mais duras, vem abusando da figura do dolo eventual, que ocorre quando o acusado faz pouco caso do perigo a que

submete a vítima. Esse, contudo, deveria ser um enquadramento excepcional, para dar conta de casos em que o autor não só age com negligência ou imprudência, mas o faz com real desprezo pela vítima. É bom que a Justiça comece a frear essa moda.

Não estou, é claro, afirmando que os pais agiram bem. Considero a ideia de que Deus não quer que transfundamos sangue uma tolice. Vou um pouco mais longe e afirmo que crer num papai do céu se encontra na mesma categoria. Mas, uma vez que nosso ordenamento jurídico permite e até incentiva a prática religiosa, é difícil sustentar que seguir um dogma equivalha a assassinato.

E, depois que se aceita o valedo dos discursos religiosos, não dá para dizer que a crença num Deus com pavor de transfusões seja objetivamente mais errada do que numa divindade que veta a contracepção ou que coleciona prepúcios. Só a autonomia confere alguma coerência a essa balbúrdia sanitário-teológica.

helio@uol.com.br

16 AGO 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Decisão sobre disputa entre Estados é transferida para STF

A Justiça Federal em Campos dos Goytacazes (276 km do Rio), no norte fluminense, transferiu para o Supremo Tribunal Federal o julgamento de ação do Ministério Público Federal da cidade contra a proposta do governo de São Paulo de transpor águas do rio Paraíba do Sul para o abastecimento da capital paulista.

A ação tenta impedir a medida antes de estudos técnicos por órgãos credenciados ou autarquias federais, como o Ibama ou a ANA (Agência Nacional de Águas).

O rio Paraíba do Sul abastece 15 milhões de pessoas, sendo 10 milhões no Rio.

A decisão diz que há um conflito federativo, uma vez que o projeto pode prejudicar o abastecimento de cidades no Rio e em Minas, além da produção de energia elétrica para a região metropolitana da capital fluminense.

A Justiça Federal no Rio alegou que “cabe ao STF julgar conflitos entre Estados”.

O procurador da República Eduardo Santos de Oliveira considera a proposta do governo paulista um paliativo para a crise de abastecimento de São Paulo que pode ter consequências sérias para 40 milhões de habitantes no Rio e em Minas.

18 AGO 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### Judiciário

Ao afirmar que, durante sua gestão, o Judiciário terá como marca o estímulo aos meios alternativos de solução de conflitos ("Alternativas da Justiça", 17/8), Ricardo Lewandowski nada mais faz senão transferir a responsabilidade do poder que representa mediante a reciclagem de um discurso antigo —o mesmo que está na raiz da Lei dos Juizados Especiais, de 1995. O problema do Judiciário é o mesmo do serviço público em geral: falta competência, eficiência e produtividade; e sobra corrupção e impunidade.

Quando o CNJ deixar de ser este mero instituto previdenciário —pois só concede aposentadorias— e punir de fato um juiz, então haverá mudança neste país.

PEDRO LEMOS (Florianópolis, SC)

Só para lembrar à leitora Zureia Baruch Jr. (Painel do Leitor, 17/8): antes do sempre esperto Ricardo Lewandowski defender o reajuste salarial para os juizes, esta classe tão sofrida, seu antecessor, o sempre esperto Joaquim Barbosa, fez o mesmo neste ano.

MARCELO NAKASHIMA (São Paulo, SP)

### Justiça autoriza cão labrador em condomínio

DE SÃO PAULO - A Justiça paulista autorizou o morador de um condomínio de Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) a ter um cão da raça labrador em seu apartamento apesar da proibição do regulamento interno do local.

O condomínio alegava que o animal era de grande porte, o que não seria indicado para o apartamento. O dono do cão disse no processo que o animal não oferece risco aos moradores e que o adquiriu para ajudar no tratamento psiquiátrico de sua esposa.

O desembargador Neves Amorim concluiu que não há evidências da impossibilidade de manter o animal no local.

### CURTO-CIRCUITO

O ministro Luís Felipe Sabo-  
nã, do STJ, lança hoje a segunda edição do livro "Direito Privado - Teoria e Prática", na Faculdade de Direito da USP, às 17h.

18 AGO 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# CNJ – O século XXI marca a era dos direitos e do Poder Judiciário, afirma Ricardo Lewandowski

O presidente em exercício do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, afirmou, na quinta-feira (14/8), em Brasília, que “o século XXI é o século do Poder Judiciário, em que a humanidade, bem como o povo, o homem comum, descobriu que tem direito e quer efetivá-lo”. Ele acrescentou que, diante da crescente demanda por Justiça, os magistrados devem mudar a mentalidade e buscar formas alternativas de solução de conflitos, não privilegiando apenas o ajuizamento de processos judiciais.

O ministro abordou o tema após assinar com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, e representantes de diversas instituições o Protocolo de Cooperação para a difusão da Justiça Restaurativa em todo o país. Criada há dez anos, essa prática consiste na adoção de medidas voltadas a solucionar, de forma alternativa, situações de conflito e violência, mediante a aproximação entre vítima, agressor, suas famílias e a sociedade na reparação e na conciliação dos danos causados por um crime ou infração penal.

Durante entrevista coletiva, Ricardo Lewandowski citou o livro “A era dos direitos”, do filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio, segundo o qual, na transição entre os séculos XX

e XXI, o mundo passou a viver a era dos direitos, com o Poder Judiciário assumindo papel fundamental. Ele lembrou que o Século XIX, com o triunfo das revoluções liberais, foi o século do Poder Legislativo, “o grande órgão de expressão da vontade do povo”. Já no Século XX, acrescentou, em função das revoluções e das guerras, o Poder Executivo se tornou o mais apto a enfrentar os grandes desafios da época. “Mas o Século XXI é o Século do Poder Judiciário”, assinalou.

Ricardo Lewandowski também destacou que a Constituição de 1988 marcou a profunda transição na democracia, antes representativa e agora participativa. Segundo ele, a Carta Magna, no parágrafo 1º, do artigo 1º, assenta que todo o poder emana do povo, devendo ser exercido por representantes eleitos ou diretamente. “Isso significa que o povo brasileiro exerce o poder, participa da gestão da coisa pública, seja nos setores da educação, da cultura, esporte, meio ambiente e, agora, no âmbito do Poder Judiciário”, frisou o ministro.

Ele alertou, no entanto, que essa mudança trouxe consigo um aumento expressivo no volume de demandas judiciais. “É um problema que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos chamou de explosão de litigiosidade. Só no Brasil nós temos quase cem milhões de processos em tramitação para apenas 18 mil juízes, dos

tribunais federais, estaduais, trabalhistas, eleitorais e militares”, afirmou. Para o ministro, os magistrados, diante desse contexto, devem buscar outras formas para a solução dos conflitos sociais, por meio, por exemplo, da mediação, da conciliação, da arbitragem e da Justiça Restaurativa.

“Para que nós possamos dar conta desse novo anseio por Justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da magistratura, mudar a cultura dos bacharéis em Direito, parar com essa mentalidade, essa ideia de que todos os conflitos e problemas sociais serão resolvidos mediante o ajuizamento de um processo.

18 AGO 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

# STF nega pedido de cotas para negros em concursos

*Segundo a ministra Cármen Lúcia,  
do Supremo Tribunal Federal, a concessão  
do mandado de segurança significaria  
interferência do STF no Legislativo*

**A** ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem pedido do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) para que seja obrigatória a reserva de 20% das vagas para pardos e negros em concursos públicos do Legislativo e Judiciário. Segundo a ministra, a concessão do mandado de segurança significaria interferência do STF no Legislativo.

A Lei nº 12.990/2014 foi publicada no dia 9 de junho e criou a reserva de 20% nas vagas em concursos públicos para pardos e negros em órgãos da administração federal, como autarquias, fundações, e empresas públicas. Ao recorrer ao STF, o instituto alegou que não foi feita justiça social, pelo fato de o Judiciário e o Legislativo não terem sido contemplados pela lei.

Na decisão, a ministra entendeu que cabe ao Poder Legis-

lativo decidir em quais setores a reserva será aplicada. "Tampouco a impetração poderia ser admitida sob o argumento de violação a direito previsto no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), pois, como realçado na manifestação do procurador-geral da República, a lei não reserva 20% das vagas em concurso público aos negros, mas apenas a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público, com a transferência do juízo de sua adequação aos órgãos competentes", disse Cármen Lúcia.

18 AGO 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

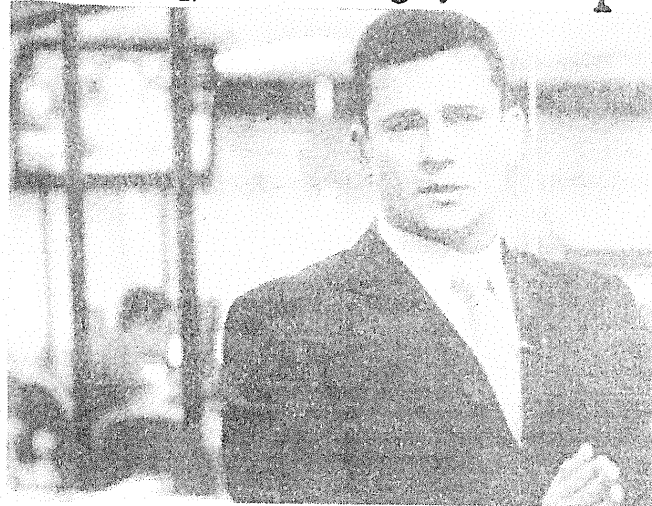
# Juiz do Paraná é um dos indicados para vaga de Barbosa

Sérgio Moro é responsável pela investigação da Operação Lava Jato



O juiz federal Sérgio Fernando Moro, que investiga as ligações do doleiro Alberto Youssef, foi o mais votado na lista triplíce da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) como indicação para a vaga do ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. Moro recebeu 141 votos; os juizes Fausto De Sanctis, 134 e Leandro Paulsen, 123. Votaram 362 associados da Ajufe. A lista deve ser encaminhada para a presidente Dilma Rousseff. Para a Ajufe, a importância da escolha é que na atual composição do Supremo não há nenhum juiz federal de carreira.

Entre outros casos



Sérgio Moro já havia atuado na investigação do Banestado

relevantes, Moro atuou nas investigações do Banestado e conduz atualmente as investigações envolvendo a Petrobras (Operação Lava Jato). Foi juiz instrutor do Supremo

Tribunal Federal, tendo atuado como auxiliar da ministra Rosa Weber durante o julgamento do mensalão. Moro e De Sanctis têm livros publicados sobre o combate à

lavagem de dinheiro e crimes financeiros. A escolha de ambos é uma indicação da importância que a Justiça Federal atribui ao combate à corrupção e ao crime organizado.



16 AGO 2014

## GAZETA DO POVO

# Federação pede afastamento de conselheiros sob suspeita

Amanda Audi

Em evento nacional de servidores dos Tribunais de Contas (TCs), que aconteceu ontem em Curitiba, o presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, Amauri Perusso, defendeu que os conselheiros e ministros que respondem a processos na Justiça devem ser imediatamente afastados dos tribunais — mesmo se ainda não tiverem sido condenados. “Essas pessoas não têm conduta ilibada para julgar contas”, afirmou Perusso. Se a medida fosse atendida, pelo menos 20% (ou 47) dos 238 conselheiros de TCs do país seriam afastados. Esse é o número de conselheiros com pendências na Justiça, segundo levantamento da ONG Transparência Brasil, de abril deste ano.

Perusso também defendeu que as eleições para conselheiros deveriam ser reformuladas, dando a chance que qualquer brasileiro que atenda aos requisitos mínimos possa participar. As sabatinas e os votos precisariam ser públicos, de modo a permitir o controle pela sociedade. Isso evitaria, segundo ele, que os TCs ficassem lotados de políticos. Pelo levantamento da Transparência Brasil, seis em cada 10 conselheiros são ex-políticos. Marinho e Camargo entrariam na soma.

Gabriel Guy Leger, procurador do Ministério Público de Contas, também fez um discurso duro durante o evento ontem. “Há um problema do TC em agir como aqueles três macaquinhos: não vê, não fala, não ouve”, disse, em uma analogia à falta de resposta dos tribunais em situações concretas e na “falta de equanimidade” no julgamento das contas. “Estamos vendo uma divergência grande entre os relatórios dos técnicos e as decisões dos conselheiros”, disse.

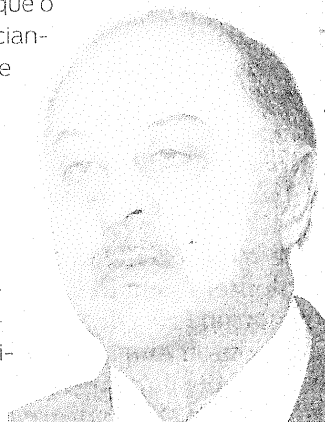
16 AGO 2014

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### Mais bonito

O presidente do Tribunal de Contas Artagão de Mattos Leão (foto) faltou a um evento de servidores, na manhã de quinta-feira, e mandou um assessor no lugar. Como desculpa, o assessor disse que Artagão teve que ir a uma "reunião de emergência" na Assembleia Legislativa. Em seguida, o procurador Gabriel Guy Leger, em seu discurso no evento, presumiu que o presidente estaria negociando sobre a resolução que vai restringir a aplicação de multas pelo TC. Mais tarde, a assessora do TC tratou de justificar: Artagão tinha a uma reunião no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), mas o assessor achou mais "bonito" dizer que ele foi à Assembleia.



### MULTA

#### Ex-secretário de Lerner é condenado a devolver R\$ 180 mil ao estado

O ex-secretário estadual de Assuntos Estratégicos durante o governo de Jaime Lerner, Alexandre Fontana Beltrão, foi condenado pelo Tribunal de Contas do Paraná a devolver R\$ 180 mil aos cofres públicos. O acórdão com a decisão ainda não foi publicado e a demora no trâmite do julgamento foi motivada por diversos recursos interpostos pela defesa de Beltrão. De acordo com o conselheiro Nestor Baptista, que é relator do processo, o político contratou irregularmente o Instituto Paraná Desenvolvimento (IPD) em 2002 para estudos, análises e levantamentos da Base de Dados do Estado. Tudo foi feito sem qualquer processo licitatório. A reportagem não conseguiu localizar Beltrão nem sua defesa. Quatro advogados que já prestaram serviços ao ex-secretário foram contatados, mas nenhum deles quis falar sobre o assunto. Um dos advogados que já representou o político e não quis se identificar, informou que o ex-secretário está morando no Rio de Janeiro. Beltrão já foi presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) de 1995 a 1998 e também secretário de estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior durante o governo de Lerner.

16 AGO 2014

# GAZETA DO POVO

## **STF nega cotas para negros em concursos do Legislativo e Judiciário**

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem pedido do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) para que seja obrigatória a reserva de 20% das vagas para pardos e negros em concursos públicos do Legislativo e Judiciário. Segundo a ministra, a concessão do mandado de segurança significaria interferência do STF no Legislativo. A Lei nº 12.990/2014 foi publicada no dia 9 de junho e criou a reserva de 20% nas vagas em concursos públicos para pardos e negros em órgãos da administração federal, como autarquias, fundações e empresas públicas. Ao recorrer ao STF, o instituto alegou que não foi feita justiça social, pelo fato de o Judiciário e o Legislativo não terem sido contemplados pela lei. Na decisão, a ministra entendeu que cabe ao Poder Legislativo decidir em quais setores a reserva será aplicada.

16 AGO 2014

## GAZETA DO POVO

# Beto faz retificação e declara doações de R\$ 2,1 milhões

Carlos Guimarães Filho

Após apresentar a primeira parcial da prestação de contas de campanha sem doação e tampouco gastos eleitorais, o governador Beto Richa (PSDB) fez uma retificação junto à Justiça Eleitoral, na quinta-feira. De acordo com a nova planilha, o candidato a reeleição arrecadou mais de R\$ 2,1 milhões entre 29 de julho a 12 de agosto. A retificação da prestação de contas está prevista na legislação eleitoral.

A nova prestação indica que 45 doações foram realizadas no período de 15 dias, sendo que algumas empresas e/ou pessoas físicas fizeram mais de uma. A maior doação é de R\$ 1 milhão, repassada em duas parcelas de R\$ 500 mil, nos dias

R\$ 1  
MILHÃO

Foi o valor da maior doação recebida pelo candidato Beto Richa (PSDB) até o momento. O valor foi repassado em duas prestações, nos dias 6 e 12 de agosto, pelo Moinho Iguaçu Agroindustrial, localizado em Cascavel, na Região Oeste do estado.

6 e 12 de agosto. O financiador foi o Moinho Iguaçu Agroindustrial, localizado em Cascavel, no Oeste do estado. O segundo maior valor veio de Luiz Pontes de Oliveira Filho, que doou R\$ 222 mil, em três partes de

R\$ 100 mil, R\$ 22 mil e R\$ 100 mil. Ele já foi secretário de Indústria, Comércio e Turismo em Arapongas na gestão do ex-prefeito Luiz Roberto Pugliesi (2008-2012).

De acordo com a assessoria do candidato Beto Richa, a retificação foi realizada a pedido da juíza do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) Renata Estorilho Baganha. Na época da primeira prestação, a coligação de Gleisi Hoffmann (PT), que também disputa a eleição, conseguiu junto à Justiça Eleitoral que o governador apresentasse os gastos de sua campanha à reeleição.

A nova planilha mantém a afirmação de que o tucano não recebeu nenhuma doação até o limite da primeira prestação de contas, no dia 28 de julho. Ou seja, o valor de R\$ 2,1 milhões foi integralmente arrecadado posteriormente à data limite.

As doações arrecadadas por todos os candidatos, independentemente do cargo em disputa, após o dia 2 de agosto, deverão fazer parte da segunda parcial entregue ao TRE, entre os dias 28 de agosto e 2 de setembro.

16 AGO 2014

# GAZETA DO POVO

## Baka Filho sofre extorsão de chefe da Defesa Civil

Jamal Toufic Ali Hajar é preso em flagrante quando recebia R\$ 60 mil do ex-prefeito de Paranaguá

Katna Baran

O Centro de Operações Especiais da Polícia Civil (Cope) prendeu na manhã da última quinta-feira o coordenador da Defesa Civil de Paranaguá, Jamal Toufic Ali Hajar, por suspeita de extorsão. Ele foi preso em flagrante logo depois que recebeu R\$ 60 mil em espécie do ex-prefeito de Paranaguá, no Litoral, José Baka Filho (PDT), que neste ano concorre ao

cargo de deputado federal.

Segundo o delegado do Cope, Leonardo Bueno, há cerca de dez dias, durante uma conversa com o ex-prefeito, Jamal disse ter contatos na cúpula da Polícia Civil e no Grupo de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público. Conforme relato à polícia, o coordenador afirmou que sabia que uma força-tarefa estava sendo organizada para prender Baka.

Ainda segundo o político, Jamal se comprometeu a intervir em favor do ex-prefeito em troca de um pagamento, que seria distribuído entre policiais e promotores para evitar a prisão. Ele teria pedido R\$ 150 mil e US\$ 50 mil em espécie. Orientado pela polícia, Baka marcou um encontro com Jamal para

entrega da primeira parcela do pagamento. A conversa e a entrega foram gravadas e, logo em seguida, o coordenador foi preso.

Conforme Bueno, Jamal não quis se pronunciar sobre o caso em depoimento. Informalmente, ele teria contado aos policiais que a escolha de Baka foi aleatória, acreditando que obteria “dinheiro fácil”, já que ele é candidato a deputado federal. Segundo o ex-prefeito, o coordenador era seu conhecido e inclusive ocupou um cargo em comissão durante a sua gestão. “Considerava ele como um amigo”, disse.

 **conteúdo extra**

Veja vídeo do flagrante em [www.gazetadopovo.com.br/vidapublica](http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica)

R\$ 150  
MIL

e US\$ 50 mil em espécie teria sido a quantia pedida pelo coordenador da Defesa Civil de Paranaguá, Jamal Toufic Ali Hajar, ao ex-prefeito da cidade, José Baka Filho, para que uma investigação contra o político não fosse levada adiante pela Polícia Civil. No momento da suposta extorsão, Baka estava repassando R\$ 60 mil a Jamal.

16 AGO 2014

## GAZETA DO POVO

# Quem busca desmoralizar a imprensa?

Episódio da adulteração de perfis de jornalistas na internet é parte de um esforço bem mais amplo para desacreditar a imprensa livre

**A** Wikipédia define-se como uma enciclopédia aberta à colaboração de tantos quantos possam contribuir para enriquecer com informações, correções ou dados adicionais os seus verbetes, que incluem fatos históricos ou atuais, assim como biografias de pessoas que tenham alcançado notoriedade (positiva ou negativa) em suas esferas de atuação. A facilidade de edição tem suas vantagens, como a atualização rápida, e seus problemas, como puderam perceber os jornalistas Míriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg. Respeitados profissionais que têm espaço nos mais importantes veículos da imprensa nacional, eles tiveram seus perfis alterados por mãos estranhas, que imputaram aos jornalistas afirmações e comportamentos destinados a desmoralizá-los perante a opinião pública. As mudanças ocorreram em maio de 2013, mas só dias atrás foram divulgadas. Tais alterações, no entanto, sempre deixam pegadas, como o número do protocolo de internet (IP) — e o IP usado, segundo a própria Wikipédia, foi o do Palácio do Planalto.

A presidente Dilma Rousseff determinou imediata sindicância para identificar possíveis culpados. O Planalto alega ser impossível saber o autor das alterações — poderia até mesmo ser uma pessoa de fora que usou a rede sem fio da Presidência enquanto estava no palácio, afirma — porque na época os dados de acesso dos computadores do Planalto (que poderiam deixar claro qual máquina acessou a Wikipédia para fazer as alterações) só ficavam guardados por seis meses, ou seja, a essa altura já teriam sido perdidos.

Se nesse caso específico poder-se-ia até conceder aos servidores do Planalto o mais amplo benefício da presunção de inocência, por outro lado é publicamente sabido e reconhecido que Dilma está acompanhada ou assessorada por muitos dos que defendem a censura (metamorfoseada num suposto “controle social da mídia”) e não perdem uma ocasião de desmoralizar a imprensa, acusada de ser “instrumento do golpe”. Nesse grupo tem proeminência o ex-presidente Lula, incansável em sua mal disfarçada pregação contra a liberdade de expressão. Sua coleção de afirmações hostis à imprensa livre foi ampliada nesta semana, no lançamento do site O Brasil da mudança. Para Lula, o noticiário “nem sempre se preocupa em dar informação” e, em relação ao governo, “quando comunica, comunica de forma inversa àquilo que é verdade”.

A adulteração de biografias guarda similaridade com casos curiosos de regimes totalitários, como o retoque em fotos na época do stalinismo para delas fazer desaparecer os que tinham caído em desgraça. Os que mudaram os perfis de Míriam e Sardenberg são seguramente adeptos do mesmo método — agora contando com a sofisticação que as modernas tecnologias da informática possibilitam. Mas a desmoralização da imprensa vai além do pitoresco: ela tem efeitos muito mais nefastos.

A imprensa livre (e, nem seria necessário dizer, livre principalmente para criticar) é essencial para a democracia. Já o sabia Thomas Jefferson, um dos pais-fundadores da democracia norte-americana. “Se eu tivesse de escolher entre um governo sem jornais ou jornais sem governo, eu não hesitaria um momento sequer em preferir o último”, escreveu. Não é coincidência que um dos principais alvos das ditaduras, independentemente de seu matiz ideológico, seja exatamente a liberdade de imprensa. Basta recordar os casos de países que viveram sob censura, ou de nossos vizinhos bolivarianos, que, sem ter de recorrer a meios tão drásticos, sufocam os veículos de comunicação que criticam o governo, como no caso da Lei de Meios argentina ou das restrições à compra de papel jornal na Venezuela.

Só uma imprensa verdadeiramente livre é capaz de denunciar escândalos, criticar os governantes que conduzem países, estados e municípios por caminhos equivocados, servir como autêntico porta-voz do cidadão. Desqualificar esse trabalho como mera “intriga da oposição” é colaborar para deixar a sociedade às escuras, abrindo caminho para a substituição da verdade dos fatos pela propaganda política.

17 AGO 2014

## GAZETA DO POVO

### Convite ao conflito

Decisão do STJ em solicitação de intervenção federal agrava a insegurança jurídica e acirra os ânimos no campo

**N**o dia 6 de agosto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgou o acórdão de uma decisão tomada no início de julho, em que a corte negou um pedido de intervenção federal no Paraná, em um caso que envolve a reintegração de posse de uma área invadida anos atrás pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). É uma decisão que, analisada com cuidado, abre perigosos precedentes.

Em 2008, o Sítio Garcia, propriedade de 58,50 hectares integrante da Fazenda São Paulo, no município de Barbosa Ferraz, foi invadido pelo MST pela segunda vez em dois anos. Os proprietários pediram na Justiça a reintegração de posse, concedida ainda em 2008, por meio de liminar, e confirmada em maio de 2011 por sentença de mérito — mas que até hoje não foi cumprida. Em 2012, os proprietários foram ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) solicitando intervenção federal no estado, baseados no artigo 34 da Constituição Federal, que prevê intervenção em caso de descumprimento de decisão judicial. O TJ-PR reconheceu a omissão do poder público e remeteu o caso ao STJ.

No STJ, o relator do processo, ministro Gilson Dipp, pediu o indeferimento do pedido de intervenção. Em seu voto, argumentou que “parece manifestar-se evidente a hipótese de perda da propriedade por ato lícito da administração, não remanescendo outra alternativa que respeitar a ocupação dos ora possuidores como corolário dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana; de construção de sociedade livre, justa e solidária com direito à reforma agrária e acesso à terra e com erradicação da pobreza, marginalização e desigualdade social”, ou seja, só restaria aos proprietários resignar-se a perder a área e receber indenização do governo federal, tivessem ou não interesse em negociar o sítio. O voto de Dipp foi seguido por todos os ministros presentes à sessão de 1.º de julho.

O acórdão, publicado na semana passada, afirma que uma eventual reintegração de posse seria um “ato do qual vai resultar conflito social muito maior que o suposto prejuízo do particular”, pois já haveria quase 200 sem-terra na propriedade; além disso, afirma que, “pelo princípio da proporcionalidade, não deve o Poder Judiciário promover medidas que causem coerção ou sofrimento maior que sua justificação institucional e, assim, a recusa pelo Estado [em promover a reintegração de posse] não é ilícita”.

A argumentação do ministro Dipp, assim, parte de um pressuposto verdadeiro — a necessidade de uma verdadeira reforma agrária, e a situação indigna de muitos trabalhadores rurais que não têm acesso à terra — para chegar a uma conclusão perigosa, pois a decisão permite que os sem-terra se beneficiem de um ato ilícito cometido por eles mesmos, o que viola um princípio consagrado do direito. É possível perceber o caráter utilitarista do raciocínio que guia o ministro: tendo levado em consideração única e exclusivamente o conflito entre o prejuízo de quase 200 sem-terra (com a reintegração de posse) e o prejuízo de uns poucos proprietários (com a perda do sítio), Dipp e seus pares do STJ optaram por este em vez daquele, independentemente do caráter dos atos cometidos pelos invasores. Não é difícil perceber que essa linha de pensamento é praticamente um convite a novos conflitos no campo, abrindo as portas à invasão indiscriminada de propriedades, com a permanência dos invasores sendo garantida sob o argumento do possível dano social causado por uma reintegração de posse.

Aqui é preciso ressaltar que não se trata de defender o direito à propriedade como absoluto, pois de fato não o é. A propriedade precisa ter uma função social, e quando ela não é cumprida justifica-se uma ação do Estado para que essa terra seja redistribuída a quem dela necessita. Este processo está bem regulamentado no Brasil. No entanto, não é esse o caso do Sítio Garcia. Durante a análise do pedido de intervenção, o STJ pediu informações ao Incra, que respondeu dizendo que se tratava de uma propriedade produtiva, que não se encaixava nos critérios para a reforma agrária. Mesmo assim, o STJ permitiu, com sua decisão, que os invasores lá permanecessem.

Ora, os princípios democráticos e as garantias constitucionais existem justamente para prevenir arbitrariedades como a que estamos agora presenciando no caso do Sítio Garcia, e para assegurar que não seja o mero utilitarismo a guiar as decisões de Estado. Por mais que a reforma agrária seja uma necessidade, ela não pode ser feita à base da lenta erosão desses princípios e garantias, sob risco de agravar os conflitos no campo. Eles já não são de fácil resolução; e o STJ, com sua decisão, só contribuiu para agravar a insegurança jurídica e acirrar os ânimos entre os sem-terra e os proprietários rurais.

17 AGO 2014

# GAZETA DO POVO

## ENTRELINHAS

### Direito da UFPR 1

Corre por aí a história de que o curso de Direito da UFPR estaria na mira do Ministério da Educação (MEC) e poderia, inclusive, ser suspenso o próximo vestibular. Um dos problemas seria o baixo desempenho dos futuros bacharéis na prova do Enade. Trata-se de um boato – pelo menos até 2016. O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é o indicador usado pelo MEC para tomar quaisquer medidas em relação aos cursos superiores e leva em conta a nota dos alunos no Enade, o corpo docente, a infraestrutura e o projeto político-pedagógico. Assim como o Enade, que avalia os formandos de um mesmo curso a cada três anos, o CPC é recalculado a cada triênio. Como os alunos de Direito de todo o país foram avaliados pela última vez em 2012, eles devem encarar o Enade novamente só em 2015. Portanto, o novo CPC do curso de Direito da UFPR deverá ser divulgado apenas em 2016.

### Direito da UFPR 2

O MEC pode determinar algum tipo de punição a um curso superior quando há dois CPCs consecutivos com conceito abaixo de 3 (em uma escala que vai de 1 a 5). O curso de Direito da UFPR teve CPC 3 em 2009, e conceito 2 em 2012. Vale lembrar que 70% da nota do CPC corresponde ao desempenho dos universitários no Enade e à percepção deles sobre o curso, o que faz com que boicotes e desleixo dos alunos diante do exame tragam impactos negativos ao curso todo. O Enade é um exame obrigatório para a obtenção do diploma, mas o documento é entregue ao estudante independentemente da nota na prova.

## NOTA POLÍTICA

### Decidido

O Tribunal de Contas bateu o martelo. A obra de reforma no prédio será mesmo feita pela Antuérpia Arquitetura. O valor é de R\$ 949 mil. A obra de construção do novo anexo, investigada pelo Gaeco, continua sem definição.

## NOTA POLÍTICA

### Ricardo Lewandowski

O ministro assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal em definitivo, depois de eleição simbólica entre os colegas.

## GASPARI

### Espiral

O ministro Ricardo Lewandowski assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal e imediatamente vestiu o manto de presidente do sindicato dos magistrados. Defendeu um aumento salarial para os juízes usando uma expressão capaz de assombrar Lula e a doutora Dilma. Segundo ele, há no Brasil uma "espiral inflacionária".



17 AGO 2014

# GAZETA DO POVO

» DIREITOS HUMANOS

## “Investigar policiais não enfraquece a segurança”

Carolina Pompeo, especial para a Gazeta do Povo

### ENTREVISTA

**MARIA LAURA CANINEU,** advogada e diretora da Human Rights Watch no Brasil.

“No Brasil, há a percepção equivocada de que direitos humanos e segurança pública são conflitantes.” A avaliação é da advogada Maria Laura Canineu, diretora do escritório brasileiro da Human Rights Watch (HRW), organização de defesa dos direitos humanos com presença em mais de 90 países. Em julho, a HRW enviou uma carta ao Congresso Nacional e à Presidência da República denunciando a prática de tortura por policiais. A entidade apurou 64 casos de abusos cometidos por mais de 150 agentes. As torturas sofridas pelos quatro acusados pelo assassinato da adolescente Tayná Adriane da Silva, em 2013, em Colombo, foram destacadas no relatório. Confira os principais trechos da entrevista à *Gazeta do Povo*:

**Como a HRW avalia o respeito e a violação dos direitos humanos no Brasil?**  
No plano doméstico, o Brasil

continua a enfrentar sérios desafios. A violência policial, o uso da tortura, as execuções extrajudiciais, a superlotação carcerária e a impunidade para os crimes cometidos por agentes do Estado são temas de grande preocupação. Apesar de todos esses problemas graves, percebemos o reconhecimento social de que algo precisa ser feito. Algumas autoridades adotaram medidas importantes para enfrentar esses problemas. Para impedir falsos socorros por policiais envolvidos em execuções extrajudiciais, o estado de São Paulo, por exemplo, editou no início de 2013 uma resolução determinando que policiais envolvidos em confrontos não podem remover os corpos de vítimas das cenas de crimes sem antes acionar o serviço de emergência. Nos meses seguintes, mortes em decorrência de intervenção policial caíram 34%.

**A sociedade brasileira é conservadora em relação aos direitos humanos, às violações e à impunidade?**  
O que temos identificado em nosso trabalho é que, no Brasil, é comum encontrar a percepção equivocada de que direitos humanos e segurança pública são prioridades conflitantes.

Alguns acreditam que investigar e processar abusos cometidos por agentes do Estado enfraqueceria aqueles que implementam as leis e fortaleceria os grupos criminosos. Não entendemos assim. A plena responsabilização fortalece a segurança, valoriza a grande maioria dos profissionais e leva os policiais a cumprir seu trabalho de maneira mais eficaz.

**Sabe-se que muitos inquéritos contra policiais são arquivados e denúncias não são investigadas. Por que o número de inquéritos e de condenações é tão reduzido?**

No Brasil, grande parte das prisões é efetuada em flagrante e muitos presos esperam três meses ou mais para serem conduzidos à presença de um juiz, para quem poderiam denunciar eventuais abusos sofridos, tornando a comprovação da materialidade do delito muito mais difícil. Isso porque o Código de Processo Penal prevê que somente os autos da prisão em flagrante (mas não o próprio preso) devem ser apresentados a um juiz no prazo de 24 horas. Há ainda obstáculos nas investigações.

**CONTINUA**

17 AGO 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**Qual é a posição da HRW sobre a desmilitarização da polícia?**

A desmilitarização da polícia não é um tema simples. Acredito que falar em desmilitarização coloca uma carga muito pesada sobre a Polícia Militar, como se ela fosse a única responsável por todas as mazelas da segurança pública no país. Existem diversas debilidades na interação entre Executivo, Judiciário e Ministério Público que, constitucionalmente, deve exercer o controle externo da atividade policial. A desmilitarização por si é um processo amplo, envolvendo inclusive uma alteração constitucional. A HRW advoga por uma polícia cidadã, responsável e responsiva em relação aos direitos fundamentais dos brasileiros.

**Em julho, a ONU divulgou um informe preliminar denunciando a superlotação das prisões brasileiras. É possível reverter esse cenário?**

Para reverter a superlotação carcerária, é preciso investir em um sistema de Justiça mais eficiente para garantir que o direito de julgamento célere seja respeitado. Juízes devem rever regularmente a legalidade e a necessidade da manutenção das prisões e monitorar individualmente o cumprimento das sentenças penais por parte dos presos. Para reduzir de forma imediata os níveis de superlotação, existem os mutirões carcerários. Em relação à violência no sistema prisional, as prisões devem ser geridas pelos agentes do Estado, não pelos próprios detentos. Além disso, as autoridades devem garantir a efetiva separação de presos provisórios e condenados.

**As manifestações que tomaram conta do país a partir de junho de 2013 revelaram a violência policial e, por outro lado, o vandalismo cometido por manifestantes. Como a HRW avalia esse momento?**

Em vários incidentes, desde o início da onda de protestos e manifestações no país, policiais usaram gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha contra manifestantes e profissionais da imprensa de forma desproporcional e indiscriminada. Prisões também foram utilizadas em muitas ocasiões de forma arbitrária. A HRW entende que manifestantes que cometeram atos de violência e vandalismo durante os protestos devem ser responsabilizados na forma da lei. Entretanto, isso também deve valer para policiais que usaram a força de forma excessiva, forjaram provas e acusaram manifestantes de crimes que sabem não terem cometido.

**A liberdade de expressão ainda gera controvérsia no Brasil. O que a imprensa nos diz sobre um país?**

Além da morte de seis jornalistas em 2013, também documentamos o fato de que dezenas de jornalistas que cobriram as manifestações foram feridos ou detidos pela polícia. Esses dados provavelmente contribuíram para a colocação do Brasil em 110.º lugar no índice mundial de liberdade de imprensa de 2014 da organização Repórteres Sem Fronteiras. O caminho é lembrar que a presença de jornalistas nos protestos é essencial para garantir a liberdade de expressão e informação e que a polícia deve adotar medidas efetivas para impedir que sejam feridos no exercício de sua profissão.

CONTINUA

17 AGO 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**“A violência policial, o uso da tortura, as execuções extrajudiciais, a superlotação carcerária e a impunidade para os crimes cometidos por agentes do Estado são temas de grande preocupação [no Brasil].”**



18 AGO 2014

## GAZETA DO POVO

» ACIDENTES DE TRÂNSITO

# Em dez anos, 536 mil mortos

Pesquisa da UFRJ reúne dados de 2003 a 2012 e indica a ocorrência de 13 milhões de acidentes

Acidentes de trânsito deixaram mais de 536 mil mortos no Brasil em dez anos, contabilizou uma pesquisa do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Coppe/UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). A principal base de dados utilizada foi a da Seguradora Líder Dpvat, responsável pelo pagamento do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. As informações são da Agência Brasil.

O levantamento começa no ano de 2003, com o registro de 34,7 mil mortes no trânsito, e constata um crescimento de quase 100% até 2007, ano em que é atingido o pico de 66,8 mil mortes. O número de vítimas cai até 50,7 mil de 2008 a 2010 e volta a subir nos anos seguintes, encerrando 2012 em 60,7 mil. Na conclusão, a pesquisa menciona que em 2013 houve novo recuo, para 54 mil.

“É um número assustador de mortos, mas ninguém dá a menor bola para isso. As pessoas acham que faz parte da vida, mas é uma cidade de grande porte que faleceu

nos últimos dez anos”, destaca o professor de engenharia de transporte da Coppe, Paulo César Ribeiro, o responsável pela pesquisa.

O banco de dados do Dpvat mostra ainda um número de quase 2 milhões de feridos nos acidentes, com o pico de 447 mil em 2012. A pesquisa usa ainda a proporção de acidentes/mortos e acidentes/feridos, do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), para estimar que, no período, foram registrados 13 milhões de acidentes, sendo 8,1 milhões sem vítimas.

A pesquisa, também, tenta fazer um levantamento do prejuízo que essas mortes causam por perda da força de trabalho, cuidados médicos, manutenção das estradas e outros ônus, mas esbarra na falta de dados sobre as circunstâncias dos acidentes. O estudo estima que cada morte no trânsito em área urbana custe R\$ 232,9 mil, menos que a metade do custo das que ocorrem em rodovias, que somam R\$ 576,2 mil. Como, segundo Ribeiro, não há como definir quais ocorreram em quais áreas, o estudo propõe que, num cenário em que todos se deram em áreas urbanas, o custo soma R\$ 236 bilhões, e, no cenário oposto, o valor chega a R\$ 772 bilhões. A média, então, ficaria acima dos R\$ 500 bilhões.

O professor responsável pela pesquisa defende que é preciso estudar esses acidentes para que se possa enfrentar esse cenário: “Ninguém apoia acidentes de trânsito. Todo mundo é contra, mas as pessoas continuam dirigindo perigosamente e construindo vias ruins. É preciso mapear. Cada acidente tem que ser analisado, para definir se o motorista foi imprudente, se a estrada é perigosa, se a velocidade máxima está alta”.

**19,9**  
**MORTOS**

A pesquisa traz dados da Organização Mundial de Saúde, que comparam as mortes registradas no Brasil com os outros países. Enquanto aqui há 19,9 mortos no trânsito para cada 100 mil habitantes, outros países registram números bem menores, como Estados Unidos (12,3), Finlândia (6,5), China (5,1) e Reino Unido (2,86). A pesquisa afirma que, se a OMS usasse os números do Dpvat, a proporção subiria para 30,9 em 2012.

18 AGO 2014

## GAZETA DO POVO

### **Pedreiro que atropelou grupo deve responder por homicídio doloso**

O homem que no sábado atropelou um grupo de corredores dentro da USP, em São Paulo, matando um deles, deve responder sob a acusação de homicídio doloso (intencional). Para o Ministério Público, há provas de que houve dolo eventual, quando a pessoa assume o risco de matar alguém, e ontem pediu à Justiça que o pedreiro Luiz Antonio Conceição Machado, 43 anos, seja mantido preso. Ele dirigia um Toyota Corolla na Cidade Universitária quando atingiu os corredores. A pena para homicídio doloso varia de 6 a 20 anos de prisão.

16 AGO 2014

## O ESTADO DE S. PAULO 'Aperfeiçoando' a democracia

**T**ramita no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a PEC 320, que cria na Câmara dos Deputados quatro cadeiras exclusivas para "representantes indígenas". A iniciativa tem o mesmo espírito daquele famigerado decreto presidencial que pretende alterar a ordem constitucional criando "conselhos" para "consolidar a participação social como método de governo". Em ambos os casos, a intenção declarada é "aperfeiçoar a democracia", mas o resultado é o exato oposto: fazer a democracia representativa dar lugar à representação corporativa, pilar dos regimes autoritários de inspiração fascista.

É possível que o Congresso – se estiver realmente interessado em se preservar – destine tais iniciativas, e outras similares que eventualmente apareçam, ao escaninho do esquecimento. Mas o fato é que elas sinalizam a consolidação de um pensamento autoritário que o lulopetismo pretende entranhar nas instituições políticas brasileiras.

A PEC 320 tem vários autores, liderados pelo deputado petista Nilmário Miranda (MG), e tramita desde outubro do ano passado. Ela modifica o artigo 45 da Constituição, que versa sobre a composição da Câmara dos Deputados. O texto original estabelece que a Câmara será formada por "representantes do povo, eleitos, pe-

lo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal". A PEC, por sua vez, diz que, além dos "representantes do povo", a Câmara terá "representantes indígenas eleitos em processo eleitoral distinto, nas comunidades indígenas".

A proposta estabelece ainda que "a totalidade das comunidades indígenas receberá tratamento análogo a Território", isto é, terá direito de ter quatro representantes na Câmara, eleitos por aqueles com domicílio eleitoral nessas comunidades. Esse eleitores, diz o texto, poderão votar nas eleições gerais ou nas eleições específicas para os candidatos indígenas. Assim, a título de resgatar direitos dessa minoria, a proposta lhe concede privilégios políticos.

Nem se pode dizer, aliás, que a Constituição seja omissa em relação aos direitos dos povos indígenas. No artigo 231, reconhecem-se a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dos índios, além dos "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Essa deferência especial a um grupo específico entre os diversos que compõem a sociedade brasileira resultou de um eficiente lobby indígenista durante a Constituinte.

Mas isso parece não bastar. Em sua justificativa, a PEC 320 assinala que é preciso ampliar

"a participação política de um importante segmento da sociedade", isto é, os povos indígenas, "que têm sido historicamente excluídos de participação na política representativa do País".

Na visão dos parlamentares que propuseram a mudança, a atual Constituição "torna inequívolo esse tipo de participação para os indígenas", porque os índios não conseguem eleger seus pares "como legítimos representantes de seus anseios no Congresso Nacional". O mesmo talvez se possa dizer dos ferreiros e dos moleiros.

Seguindo tal lógica, outros grupos sociais poderão no futuro, com igual razão, reivindicar cadeiras exclusivas na Câmara para seus "legítimos representantes". Com o tempo, talvez seja necessário construir até mesmo um novo prédio para o Congresso, para acomodar as cadeiras necessárias para atender a todos os pleitos. O limite disso parece ser apenas a criatividade.

Em lugar do princípio de "um homem, um voto", em que o voto de um cidadão não pode valer mais do que o de outro, estará criado um sistema em que apenas grupos organizados – e, claro, atrelados ao Estado – terão espaço político garantido no Legislativo. O resultado final dessa insanidade, feita em nome de um "modelo democrático comprometido com a verdadeira inclusão social e política", como diz o texto da PEC, é a desmoralização do próprio sistema representativo.

16 AGO 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### **MPE investiga denúncia na Fundação Casa**

O Ministério Público Estadual instaurou inquérito para apurar possível violência praticada contra adolescentes na Fundação Casa de Caraguatatuba.

No dia 8, um grupo de adolescentes teria resistido ao procedimento de revista e, segundo a fundação, foi contido pelos funcionários. A divergência entre relatos dos adolescentes e dos servidores fez com que a Corregedoria-Geral da Fundação Casa instaurasse sindicância para verificar o caso. O órgão disse que este foi o único caso nos últimos meses.

17 AGO 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

Catalina Botero Marino, relatora para Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

## 'Crime organizado é a grande ameaça à imprensa', diz relatora

Para a advogada da CIDH, que vem ao Brasil receber prêmio, jornalistas correm riscos porque reação dos Estados 'é fragmentada'

Desde que tomou posse, em 2009, na Relatoria Especial de Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a advogada colombiana Catalina Botero Marino tem travado uma guerra permanente em defesa de jornalistas, de minorias, de desprotegidos de todo o continente. Seu trabalho lhe valeu o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa, que ela virá receber em São Paulo, na terça-feira. Antes de viajar, Catalina falou ao **Estado** sobre os desafios que tem enfrentado. "O maior deles, o grande perigo, é o crime organizado", advertiu. A seguir, trechos da entrevista.

● **De tudo o que a senhora fez na Relatoria, o que mais justifica o prêmio que está recebendo?**

Não fiz nada mais do que qualquer outro relator decente teria feito. O que a ANJ está premiando, creio, é a existência da Relatoria Especial da CIDH.

● **Quais as missões mais importantes que desempenhou em seus seis anos no cargo?**

Há dois ou três temas a destacar. Primeiro, o impulso que demos a vários casos emblemáticos de pessoas que não tiveram justiça em seus países e buscaram proteção no sistema continental. Por exemplo, envolvendo violência contra jornalistas, que levaram a decisões da Corte Interamericana (*de Direitos Humanos*) que obrigam todos os Estados da região a implantar mecanismos de prevenção, de proteção especial e de luta contra a impunidade no continente.

● **E o segundo tema?**

Foi documentar a situação da liberdade de expressão em todo o continente. Desde o que se passa nos EUA ou Canadá – como as denúncias de Edward Snowden ou os obstáculos ao acesso à informação – até ao que ocorre mais ao Sul, como no Equador ou Venezuela. E terceiro foram os informes sobre temas estratégicos. O último deles foi sobre o modo como os Estados tentam violar as liberdades na internet,

● **O panorama lhe parece melhor do que há cinco ou dez anos?**

Em alguns temas houve melhoras, em outros pioraram. E o que mais piorou foi o aumento do crime organizado e, por tabela, o aumento de violência contra jornalistas. É a grande ameaça à imprensa. Ameaça a vida, a integridade e capacidade de trabalho, principalmente em regiões distantes. É que o crime organizado opera de maneira articulada e os Estados reagem de maneira fragmentada. Há Estados que não entendem o papel da imprensa, que exige toda proteção. É um desafio importantíssimo.

● **Alguns governos do continente são acusados de utilizar caminhos legais para implantar leis autoritárias. A acusação procede?**

Sim, acho que isso existe. Sempre houve governos que reformulam marcos jurídicos para justificar restrições à liberdade de expressão não compatíveis com as normas internacionais sobre direitos humanos. Por isso é importante o direito internacional na defesa desses direitos. Não importa o número de votos que um governante recebeu, ele tem de respeitar os direitos das minorias, direitos como o de expressão, especialmente de quem pensa de modo diferente. Eles poderão ter leis que mascaram as violações

### QUEM É

● **Advogada colombiana, especializou-se em Direitos Humanos na Universidade Complutense de Madrid. Comandou a Promoção de Direitos Humanos da Defensoria Pública na Colômbia e assessorou a Procuradoria-Geral da Nação. Eleita para a Relatoria Especial de Liberdade de Expressão em 2009, deixará o posto em outubro.**

dos direitos humanos – mas aí a tarefa dos organismos internacionais é desmascará-los.

● **Sua relatoria sofreu fortes pressões no passado recente. Chegou a temer que ela fosse extinta?**

Acho que ela saiu fortalecida desses episódios. E isso foi um grande lição para todos os governos democráticos. Quando há um debate sobre uma instituição e ela resiste, forma-se um consenso importante sobre seu papel. A Relatoria se tornou um ponto de referência. A conclusão geral foi que ela devia ser preservada.

● **A liberdade de expressão na internet foi objeto de um importante documento da sua relatoria. O que ele diz?**

Que todos os direitos que já existem offline, fora do mundo virtual, têm de ser garantidos online, dentro dele. Segundo: qualquer regulação que se imponha deve levar em conta o impacto sobre todo o sistema da rede. Se a lei pune um jornal por um comentário de leitor, punir o jornal e não investigar a pessoa que fez o comentário, é um fato gravíssimo. Porque impõe ao intermediário, que é o jornal, uma série de obrigações de controle sobre o conteúdo que acaba afetando toda a estrutura da internet. /G.M.



17 AGO 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### SONIA RACY

#### **Data vênia**

O STJ acelera o imbróglio Gradin x Odebrecht. Após dois anos de discussões, três pedidos de vista e votos fundamentados, a maior disputa acionária nacional pode ser resolvida em... uma semana.

Ante o empate na votação, **Nancy Andrighi** foi convocada para dar o voto de Minerva.

#### **Data vênia 2**

A ministra toma posse, dia 26 na Corregedoria Nacional de Justiça. E, respeitando regra legal, está há um mês sem receber processos.

#### **Data vênia 3**

As pautas das duas sessões do STJ restantes – dias 19 e 21 – teriam de ser reabertas para poder incluir o tema. Se isso não ocorrer agora, o caso terá de ser julgado somente daqui a dois anos, quando Nancy deixará a corregedoria.

O que seria um fato inédito no tribunal.

18 AGO 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS ALBERTO  
DI FRANCO

# Democracia depende do jornalismo

**N**ão há um único assunto relevante que não tenha nascido numa pauta do jornalismo de qualidade. Os temas das nossas conversas são, frequentemente, determinados pelo noticiário e pela opinião dos jornais. A imprensa é, de fato, o oxigênio da sociedade. As redes sociais reverberam, multiplicam, agitam. Mas o pontapé inicial é sempre das empresas de conteúdo independentes. Sem elas a democracia não funciona.

Arthur Sulzberger, Jr., chairman e publisher do *New York Times*, sublinhou a importância de uma marca de credibilidade, independentemente da plataforma informativa: “A tradição é a maior qualidade do nosso jornalismo. É a maneira como as coisas são vistas, é a precisão de investigar, são os *core values* com que trabalhamos. Queremos continuar fazendo algo em que se pode confiar. Mudar para o mundo digital significa apenas contar com novas ferramentas para fazer exatamente o mesmo. A experiência diária do jornalismo não muda, é essencialmente única”.

O jornalismo não é antinada. Mas também não é neutro. É um espaço de contraponto. Seu compromisso não está vinculado aos ventos passageiros da política e dos partidarismos. Sua agenda é, ou deveria ser, determinada por valores perenes: liberdade, dignidade humana, respeito às minorias, promoção da livre-iniciativa, abertura ao contraditório. Por isso os jornais são fustigados pelos que desenham projetos autoritários de poder. O jorna-

**Alguns procedimentos, porém, transformam um princípio irretocável num jogo de aparência**

lismo sustenta a democracia não com engajamentos espúrios, mas com a força informativa da reportagem e com o farol de uma opinião firme, mas equilibrada e magnânima. A reportagem é, sem dúvida, o coração da mídia.

O jornalista Carl Bernstein – famoso no mundo inteiro depois da série de reportagens, escrita com Bob Woodward, que revelou o escândalo Watergate e derrubou o presidente Richard Nixon – não forma com o time dos corporativistas. Sua crítica, aberta e direta, aos eventuais desvios das reportagens representa excelente contribuição ao jornalismo de qualidade: “O importante é saber escutar. As respostas são sempre mais importantes que as perguntas que você faz. A grande surpresa no jornalismo é descobrir que quase nunca uma história corresponde àquilo que imaginávamos”.

O bom jornalista ilumina a cena, o repórter manipulador constrói a história. A distorção, no entanto, escapa à perspicácia do leitor médio. Daí a gravidade do dolo. Na verdade, a batalha da isenção enfrenta a sabotagem da manipulação deliberada, da preguiça profissional e da incompetência arrogante. Todos os manuais de redação consagram a necessidade de ouvir os dois lados de um mesmo assunto. Mas alguns procedimentos, próprios de opções ideológicas invencíveis, transformam um princípio irre-

tocável num jogo de aparência.

A apuração de mentira representa uma das mais graves agressões à ética e à qualidade informativa. Matérias previamente decididas em ambientes sectários buscam a cumplicidade da imparcialidade aparente. A decisão de ouvir o outro lado não é honesta, não se apoia na busca da verdade, mas num artifício que transmite uma máscara de isenção, uma ficção de imparcialidade. O assalto à verdade culmina com uma estratégia exemplar: repercussão seletiva. O pluralismo de fachada convoca pretensos especialistas para declarar o que o repórter quer ouvir. Mata-se a notícia. Cria-se a versão.

Certos setores da imprensa, vez por outra, têm caído nessa tentação antijornalística. Trata-se de uma prática que, certamente, acaba arranhando a credibilidade. O leitor não é tonto. A verdade, cedo ou tarde, acaba se impondo. O brilho da pauta construída com os ingredientes da fraude é fogo de artifício. Não é ético e não vale a pena. Ainda não conseguimos, infelizmente, superar a síndrome dos rótulos. Insistimos, teimosamente, em reduzir a vida à pobreza de quatro clichês: direita, esquerda, conservador, progressista. Tais epítetos, estrategicamente pendurados, têm dupla finalidade: exaltar ou afundar, gerar simpatias exemplares ou antipatias gratuitas.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

18 AGO 2014

A precipitação e a falta de rigor são outros vírus que ameaçam a qualidade. A incompetência foge dos bancos de dados. Na falta de pergunta inteligente, a ditadura das aspas ocupa o lugar da informação. O jornalismo de registro, burocrático e insosso, é o resultado acabado de uma perversa patologia: o despreparo de repórteres e o descuido com a edição. Quando editores não formam os seus repórteres, quando a qualidade é negligenciada, quando as pautas não nascem da vida real, mas de pauteiros que não sentem a vibração da vida, é preciso ter a coragem de repensar todos os processos.

A revalorização da reportagem, pautas próprias e o revigoração do jornalismo analítico devem estar entre as prioridades estratégicas. É preciso atizar o leitor com matérias que rompam a monotonia do jornalismo de registro. Menos aspas e mais apuração. Menos Brasília e mais País real. O leitor quer menos show político e mais informação de qualidade. O prestígio de uma publicação não é fruto do acaso. É uma conquista diária. A credibilidade não se edifica com descargas de adrenalina.

A crise do jornalismo está intimamente relacionada com a perda de qualidade do conteúdo, com o perigoso abandono de sua vocação pública e com sua equivocada transformação em produto mais próprio para consumo privado. É preciso recuperar o entusiasmo do "velho ofício". É urgente investir fortemente na formação e qualificação dos profissionais. O jornalismo não é máquina, tecnologia, embora se trate de suporte importantíssimo. O valor dele se chama informação de alta qualidade, talento, critério, ética, inovação.

Sem jornalismo público, independente e qualificado, o futuro da democracia é incerto e preocupante.

●  
DOUTOR EM COMUNICAÇÃO PELA  
UNIVERSIDADE DE NAVARRA, É DI-  
RETOR DO DEPARTAMENTO DE CO-  
MUNICAÇÃO DO INSTITUTO INTER-  
NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E-MAIL: DIFRANCO@IICS.ORG.BR

18 AGO 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# MP quer que motorista responda por homicídio doloso

O Ministério Público Estadual de São Paulo (MPE) entrou na Justiça ontem com pedido de conversão do indiciamento do pedreiro Luiz Antonio Conceição Machado de homicídio culposo (quando não há intenção de matar) para doloso (quando há intenção ou assume o risco) e da prisão em flagrante para prisão preventiva.

Para a Promotoria, o motorista que atropelou os cinco corredores no câmpus da USP anteontem assumiu o risco de matar ao dirigir embriagado. “Assim agindo, em princípio, o indiciado revelou conduzir o veículo com dolo eventual, assumindo o risco de matar aqueles corredores que praticam seu esporte dentro da Cidade Universitária”, diz em seu pedido a promotora de Justiça Juliana Amélia Gasparetto de Toledo Silva.

De acordo com o promotor Fernando Henrique de Moraes Araújo, que atua no caso ao lado da promotora Juliana, ontem mesmo a Justiça analisou o caso e não atendeu ao pedido da Promotoria. “O juiz seguiu a mesmalinha do delegado, de homicídio culposo, e concedeu liberdade provisória a Machado sujeita ao pagamento de fiança de R\$ 55 mil”, disse ele.

Ontem à noite, o pedreiro continuava preso na carceragem do 91.º DP (Ceagesp). A Secretaria Estadual da Segurança Pública informou ontem que ainda não havia sido notificada sobre a decisão judicial. Araújo

diz que a Promotoria entrará com recurso hoje para que a Justiça reveja sua decisão. Para isso, ele pediu que testemunhas do acidente lhe enviassem fotos e vídeos do caso que deverão ser anexadas ao pedido. A reportagem não conseguiu contato com o Tribunal de Justiça.

**Gurman.** Em um dos casos recentes de morte por atropelamento de maior repercussão, o que resultou na morte do administrador Vitor Gurman, de 30 anos, em 2011, a condutora do veículo estava alcoolizada e foi indiciada por homicídio com dolo eventual (quando assume o risco de matar). A nutricionista Gabriela Guerreiro Pereira não foi presa. No ano passado, o Ministério Público Estadual ofereceu denúncia à Justiça contra Gabriela por homicídio doloso qualificado. /F.C.

16 AGO 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### STF nega pedido para estender cotas raciais

Severino Motta

Folhapress

**Brasília** - A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia negou um pedido feito pelo Instituto de Advocacia Racial e Ambiental que queria estender para os poderes Legislativo e Judiciário regras válidas para o Executivo sobre cotas raciais em concursos públicos.

De acordo com uma lei sancionada neste ano, 20% das vagas de concursos públicos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista da União devem ser reservadas para negros.

Para o instituto, a lei, para ser constitucional, deveria valer para todos os poderes, e não somente para o Executivo. Devido a isso, enviou ao STF um mandado de segurança para tentar ampliar a regra.

De acordo com a ministra Cármen, o mandado de segurança não é um instrumento jurídico capaz de promover as alterações que o Instituto de Advocacia pediu ao STF. Segundo ela, uma ação que discute a constitucionalidade da lei seria o mecanismo mais adequado. Por isso, negou o pedido.

### Curso de adoção

**Cambé** - Os 75 pretendentes a adoção das comarcas de Cambé e Rolândia (Região Metropolitana de Londrina) participaram recentemente de palestras preparativas. O curso, realizado em conjunto entre as comarcas dos dois municípios, abordou os procedimentos legais, afetivos e técnicos envolvendo o processo, além de contar com a presença de casais que já realizaram a adoção. A juíza da Vara da Infância e da Juventude de Cambé, Karin Feuerharmell Giuseppin, destacou a importância do ato de amor que é a adoção. "A gente trabalha com questões sempre muito difíceis, a adoção é um momento de alegria, um momento de garantir que uma criança cresça num lar que tenha um amparo, que tenha uma vida saudável alegre e feliz", ressaltou. "O Judiciário tem todo o interesse que o processo aconteça de uma forma definitiva e segura, principalmente para o bem-estar da criança", afirmou o juiz Alberto José Ludovico, diretor do Fórum de Rolândia.

16 AGO 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Prefeito de São Jerônimo da Serra é indiciado

**Edson Ferreira**

*Reportagem Local*

O prefeito de São Jerônimo da Serra (Norte Pioneiro), Adir dos Santos Leite (PSDB), apontado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) como o líder da "organização criminosa" que agiria na cidade, foi indiciado pelo envolvimento no desvio de dinheiro público em licitações fraudulentas. O inquérito, finalizado ontem pelo delegado Ernandes Cezar Alves, foi entregue à Justiça do município e agora o Ministério Público (MP) do Paraná terá 5 cinco dias para oferecer denúncia. Adir está licenciado do cargo por 30 dias.

A reportagem não teve acesso aos documentos, mas o delegado confirmou ter encontrado indícios da participação de Adir, dos filhos dele, Adcarlos e Alisson dos Santos Leite, e de outros in-

vestigados nas supostas irregularidades. Os filhos estão presos preventivamente em Londrina desde o dia 6 de agosto, quando o Gaeco deflagrou a operação Sucupira, cumprindo 55 mandados de busca e apreensão e 18 mandados de prisão. Ontem, deixaram a cadeia os vereadores Jacir Sampaio (PSD), Isaque Pereira Martins (PPS) e Amarildo Bueno (PR).

O advogado de Adir, Maurício Carneiro, negou a existência de organização criminosa em São Jerônimo da Serra. "Em município pequenos pode até haver falhas administrativas, mas vou demonstrar a licitude dos procedimentos." Quanto ao indiciamento, disse que "só demonstra que as prisões foram ilegais, pois se envolve o prefeito, a competência é do Tribunal de Justiça (TJ)". Alves afirmou, porém, que "o delegado de polícia não precisa de autorização do TJ para investigar prefeitos".

16 AGO 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Preso em flagrante por extorsão**

Policiais civis do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) prenderam em flagrante, em Curitiba, na manhã da última quinta-feira, Jamal Toufic Ali Hajar, coordenador da Defesa Civil de Paranaguá, por extorsão. Ele estaria extorquindo o ex-prefeito de Paranaguá José Baka Filho, candidato a deputado federal pelo PDT. Segundo o delegado Leonardo Bueno Carneiro, há cerca de dez dias, Hajar procurou Baka dizendo ser muito próximo das cúpulas da Polícia Civil e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná. “Ele falou para Baka que sabia que uma força-tarefa estava sendo organizada para prendê-lo. Disse não saber exatamente o motivo, mas prometeu, caso recebesse por isso, conseguir interceder em favor do ex-prefeito e evitar a prisão”, contou Leonardo.

### **Crime inafiançável**

Hajar teria pedido R\$ 150 mil e US\$ 50 mil em espécie para evitar a prisão. Baka então procurou seu advogado, que entrou em contato com o Cope e descobriu que se tratava de um golpe. “O golpista marcou um encontro com o ex-prefeito às 10h30 da última quinta-feira em seu escritório, no centro de Curitiba. Ele deu R\$ 60 mil para Hajar, dizendo ter só esse dinheiro no momento, mas se comprometendo a pagar o restante nos próximos dias”, contou Carneiro. Quando saiu do escritório com o dinheiro em mãos, ele foi abordado pelos policiais do Cope, que o prenderam em flagrante. “Pelo crime de extorsão ele pode ser condenado até dez anos. É um crime inafiançável”, explicou o delegado. A FOLHA não conseguiu contato com a defesa de Hajar.

17 AGO 2014  
FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Em Reserva

O Ministério Público de Reserva (Centro-Oriental) apura possível ato de improbidade administrativa e uso indevido do bem público para fins particulares na utilização de duas máquinas da administração municipal por empresas de picagem de madeira e de transporte de biomassa. As empresas estão em nome, respectivamente, de Horácio Ueque e Carmem Ueque, cunhado e mulher do prefeito Luiz Carlos Vozniak (PT). A promotora Dúnia Serpa Rampazzo iniciou a apuração após receber a denúncia acompanhada de fotos, na última quinta-feira, e confirmou o uso do maquinário, acomodado, na sexta-feira, no centro de eventos da cidade – em frente ao terreno onde foram usadas. Ela ouviu o servidor municipal que as operou e ele confirmou que a ordem partiu da própria prefeitura.

### Justificativa

O prefeito de Reserva, Luiz Carlos Vozniak, diz que o maquinário foi usado para beneficiar uma pequena empresa local, “assim como faz com tantas outras”, mas que apenas o cunhado teria sido beneficiado, já que a empresa da esposa apenas fez o transporte do material para recuperar uma área degradada. Para ele, não houve ilicitude na ocorrência.

### Rendeu ação

Um caso semelhante apurado pelo Ministério Público de Reserva culminou com uma ação civil pública contra o secretário de Saúde, Ernani Sobczak. Ele responde pela utilização de bens públicos por solicitar que maquinários da prefeitura fizessem benfeitorias na propriedade rural do pai dele, que mora na cidade vizinha. À época da ocorrência, o secretário alegou que não sabia que havia irregularidade porque a administração municipal realiza serviços semelhantes em outras propriedades locais.

## CLAUDIO HUMBERTO

### O verdadeiro Joaquim

Meticuloso, discreto, corajoso e competente, o juiz Sergio Moro, que ordenou a “Lava Jato”, é tudo o que se imaginava de Joaquim Barbosa.

### Fazendo História

Juristas experientes avaliam que o juiz Sergio Moro, apenas porque cumpre seu dever, simples assim, ainda fará História no Brasil.



17 AGO 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **Urnas eletrônicas**

Estranhamente nenhum país desenvolvido adotou as nossas urnas eletrônicas; nem mesmo o vizinho Paraguai confiou na sua total segurança e a justiça eleitoral deles proibiu o seu uso. Utilizadas desde 1996, até aqui não se tem notícia que a invenção brasileira, para agilizar a contagem de votos, tenha protagonizado irregularidades explícitas que pudessem decidir eleições para um ou outro contendor. Porém, testes feitos na Universidade de Brasília mostraram que elas são vulneráveis a adulterações. E nem precisa muito esforço de um hacker para alterar os resultados sem “dar muito na cara”. Num país mergulhado em corrupção e fraudes como o Brasil e em tempos de se manter no poder a qualquer custo, contando com o aparelhamento partidário das estâncias superiores eleitorais, é preciso estarmos atentos a qualquer manobra suspeita nesse sentido.

LUDINEI PICELLI (administrador de empresas) – Londrina

#### **Impunidade no Brasil**

A impunidade no Brasil virou uma instituição legalizada. As nossas leis são atrasadas, brandas, lentas demais e várias vezes corrompidas. Esse é o cenário da justiça brasileira, lamentavelmente. Tudo isso faz com que os malfeitores de todos os tipos acabem confiando na impunidade, ou seja, eles têm a certeza que tudo vai acabar em pizza. Mesmo sendo flagrados com provas incontestáveis, como vídeos, fotos em celulares, câmeras, facebook e outros recursos, eles têm a cara de pau de afirmar que são inocentes e que a Justiça vai provar. Pagam uma fiança simbólica e rapidamente são soltos. Hoje qualquer punição não intimida mais ninguém, ao contrário, fazem até chacotas e até riem da nossa Justiça. O Poder Judiciário tem que passar por uma profunda reforma sob pena do nosso país virar um terra dos sem lei, como no velho oeste, onde os bandidos e facínoras dominavam as cidades, saqueando e matando a todos que desafiavam as suas próprias leis. Salvem a nossa pátria, senhores legisladores, ou será o fim!

WANDERLEY RODRIGUES DO LAGO (representante comercial) – Londrina

17 AGO 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## PAINEL IMOBILIÁRIO

### A autorização do cônjuge na venda de imóvel

A presença do cônjuge na venda de imóveis é indispensável para a perfeição do negócio, com exceção dos casamentos sob o regime da comunhão final nos aquestos ou da separação total de bens.

Estando o cônjuge impossibilitado de assinar, por acometimento de doença, ou esteja em lugar incerto, ou mesmo aquele cônjuge que venha a se recusar a assinar porque não concorda com a venda do imóvel, há a possibilidade de o outro cônjuge requerer em juízo a permissão para a concretização da venda.

Estando o requerimento baseado em motivo justificado, o juiz supre a falta do cônjuge validando o ato da venda. O êxito do procedimento dependerá de saber se o interesse do cônjuge que recusa a assinar é contrário aos interesses do casal, porém, pode haver uma recusa plausível, como por exemplo, quando a venda do imóvel está em desacordo com os interesses da família.

A lei será aplicada de acordo com os fatos apurados. O pedido de suprimento judicial deverá ser feito perante o Juízo da Família, por ser a matéria decorrente de efeito jurídico do casamento. O artigo 1.647 do Código Civil Brasileiro estabelece, com ressalvas, que nenhum dos cônjuges poderá, sem autorização do outro, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis, prestar fiança ou aval, fazer doação de bens comuns, etc.

A falta de autorização do cônjuge, não suprida pelo juiz, quando necessária, poderá ensejar a anulação do ato jurídico. O prazo para se pedir a anulação do ato, via de regra, é de dois anos, contados depois do término da sociedade conjugal. Nos contratos de promessa de compra e venda de imóvel, para a alienação de imóvel do casal, é aconselhável que haja a autorização do cônjuge, pois, a legislação ainda não é determinante acerca da necessidade ou não da assinatura do cônjuge nesses contratos, mesmo quando o regime de casamento é o da comunhão de bens ou da comunhão parcial de bens.

---

**DALVA SANTOS INOCENTE** é advogada e membro  
da Comissão de Direito Imobiliário e  
Urbanístico da OAB Londrina

# FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

**Itaú condenado por levar investidora a Madoff**

**18 AGO 2014**

O Itaú Unibanco foi condenado a indenizar uma investidora que, por indicação do banco, aplicou economias na empresa de Bernard Madoff, mega-picareta norte-americano que aplicou um golpe bilionário, num esquema de pirâmide financeira. O Itaú foi condenado pela 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, em sentença que separou o risco, inerente a aplicações financeiras, da fraude.

## **Negligência**

O desembargador Roberto Mac Cracken apontou “clara e objetiva desídia e negligência de quem deve orientar a aplicação financeira”.

## **Golpe bilionário**

“Bernie” Madoff foi condenado a 150 anos de cadeia por haver lesado milhares de pessoas, no golpe estimado em mais de R\$ 200 bilhões.

## **Danos materiais**

Condenado em segunda instância, o Itaú Unibanco terá de indenizar em R\$ 355.349,78 a investidora lesada, por danos materiais.

## **OPINIÃO DO LEITOR**

### **Justiça e corrupção**

Temos que ser contra todo tipo de corrupção independentemente de partido ou mesmo se for por parte do Judiciário. Sempre nos comentários dos leitores o PSDB é poupado, sendo o partido com maior número de políticos cassados pela Lei da Ficha Limpa. Veja o metrô de São Paulo, um dos maiores esquemas de roubos no Brasil, que sempre foi abafado pela Justiça de São Paulo, salvo alguns promotores que ainda procuram investigar. Do aeroporto na fazenda do tio do Aécio Neves em Minas Gerais, construído com dinheiro público, pouco se fala. Vamos debater a economia do Brasil, 40 milhões saíram da pobreza nos últimos 12 anos, pessoas que passaram a viajar de avião, comprar carros, motos, eletrodomésticos. Desemprego sempre foi um problema para o Brasil, hoje temos falta de mão de obra. Temos uma burguesia que não gostou de andar ao lado de pobres. Vinte anos atrás quem trabalhava na roça, o que ganhava em um dia comprava no máximo um pacote de arroz, hoje compra dez, doze pacotes. Um dia de serviço comprava um quilo de carne, quantos compra hoje? Nos anos 1993 e 1994 fui boia fria (diarista), com muito orgulho, levantava de madrugada com uma marmita e ia arrancar mandioca. Sei como era a dificuldade. Hoje vejo quanto melhorou a renda e os trabalhadores estão comendo muito melhor. Quem sempre viveu em berço de ouro não sabe o que é ficar batendo em portas de fábricas implorando por emprego, que era normal no Brasil 12 anos atrás. Hoje as empresas procuram mão de obra. Enquanto cidadão, não concordo com nenhum tipo de corrupção, o exemplo tem que vir de casa. Quem é contra corrupção, mas tenta dar gorjeta para não ser multado não pode condenar ninguém. Sejamos realistas, se quisermos condenar os atos de corrupção, vamos lembrar de todos.

PAULO ROBERTO SANITÁ (agricultor familiar) - Tamboara

18 AGO 2014

BEM PARANÁ

## Pessuti pede reintegração da sede do PMDB

O ex-vice-governador e secretário-geral destituído do PMDB Orlando Pessuti entrou na Justiça ontem com um pedido de reintegração de posse do prédio sede do partido em Curitiba e também com um processo pela anulação do ato que dissolveu a Comissão Executiva Estadual do PMDB do Paraná. A ação contra o grupo liderado pelo candidato ao governo do Paraná, senador Roberto Requião (PMDB), pretende retomar o controle do partido no Estado. Requião conseguiu a dissolução da Executiva em uma reunião realizada do lado de fora da sede do partido na última sexta-feira, na Rua Vicente Machado. Com 42 votos de 71 membros da direção estadual, Requião aprovou a substituição do presidente Osmar Serraglio; do terceiro vice-presidente Stephanes Junior; do secretário-geral Orlando Pessuti; do segundo suplente Alexandre Curi; e do terceiro suplente Doático dos Santos.

Entre os argumentos de Requião para a dissolução está a deliberação da Executiva que permitia aos candidatos do PMDB a participação de eventos com candidatos de outras coligações, desde que não pedissem votos para eles. Na interpretação de Requião, o ato é visto como infidelidade partidária. Além disso, os "dissidentes" teriam fechado a sede em luto pela morte do presidente Eduardo Campos (PSB) no

mesmo período em que estava marcada a reunião, entre quinta-feira (14) e sábado (16). Segundo Requião, o comportamento da Executiva estava "atrapalhando" o PMDB. "O deputado Serraglio não podia ter feito o que fez, nesta reunião convocada por maioria do partido, quando todos os companheiros do Interior estão aqui; é uma atitude rigorosamente inaceitável", disse durante a reunião realizada na calçada. Pessuti afirma que a deliberação foi revogada e a sede fechada em luto. "O que ele fez foi um desrespeito, e entramos com a reintegração de posse da sede", afirma.

A disputa começou depois da tentativa de deputados e dissidentes do PMDB de apoiar a reeleição do governador Beto Richa (PSDB). A convenção do partido decidiu lançar candidatura própria e, depois da aprovação da resolução da Executiva, alguns membros dissidentes fizeram campanha contra Requião.

18 AGO 2014

## BEM PARANÁ

### Nelsão fora

O presidente da Força Sindical no Paraná, Nelsão da Força (SDD), teve a candidatura a deputado federal indeferida no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), nesta sexta-feira (17). Ele respondeu a um processo de quebra de decoro parlamentar porque teria agredido o vereador Wilson Andrade (PSB) durante uma sessão ordinária quando era vereador da Câmara de Campo Largo, na RMC, em 2011. Nelsão foi cassado em 2011 e tem direitos políticos suspensos por oito anos. Na época, Nelsão reassumiu o cargo por meio de uma ação liminar.

#### EM ALTA



O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária e o Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, vão compartilhar informações a fim de compor o CADASTRO NACIONAL DE PRESOS.

## JORNAL DO ÔNIBUS Notas políticas

#### Denúncia recusada

A Justiça Eleitoral julgou improcedente a acusação de que a candidata à governadora, Gleisi Hoffmann, da coligação "Paraná olhando pra Frente", teria usado dois sites de notícias para divulgar a revogação da Portaria do Ministério da Fazenda que reduziu a cota de compras no exterior como mote de campanha. Na representação, a Coligação "Todos pelo Paraná" do candidato Beto Richa, alegava que Gleisi teria realizado publicidade ilegal.

#### Candidatura impugnada

O TRE-PR impugnou ontem a candidatura à deputado federal do sindicalista Nelsão da Força (SDD). Dirigente da Força Sindical, o ex-vereador de Campo Largo migrou do PMDB para o Solidariedade. O pedido de impugnação, em função da lei de ficha limpa, foi considerado procedente por unanimidade pelo TRE e o registro de candidatura de Nelsão foi indeferido.

16 AGO 2014

## IMPACTO PARANÁ QUE PUNIÇÃO É ESTA?

O escra-cho foi tamanho que a sociedade em geral acreditou que uma severa punição seria aplicada.

Contudo, o que se vê, é justamente o contrário.

Pai e filho estão vivendo numa boa, isto é, sem trabalhar e

recebendo, cada um, mais de R\$ 30 mil reais mensais.

Não é bonito isso?

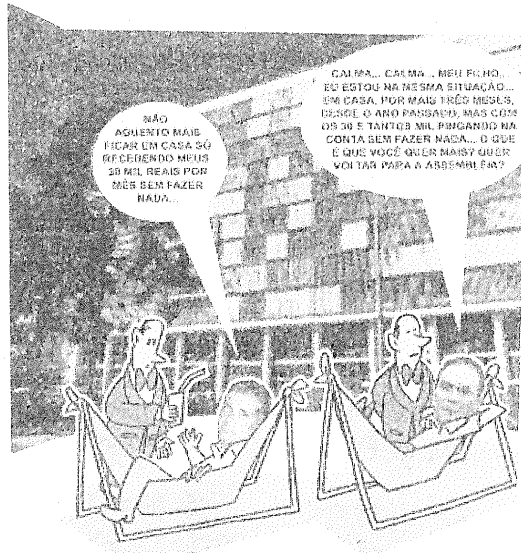
Pois é, tem gente que trabalha da manhã à noite, recebe o mínimo do mínimo e não aceita de jeito nenhum este tipo de mordomia.

Diz a Justiça que está "investigando" a situação que se arrasta por alguns meses e mantém, em casa, o pai, Clayton Camargo, desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça, e o filho Fabio Camargo, conselheiro do Tribunal de Contas.

Os dois foram afastados de suas funções mas com direito de ficar em casa, recebendo numa boa, e sem trabalhar.

Está certo isso ?

O pai, segundo decisão do CNJ, ainda vai ter mais uns três meses de expectativa quanto a uma decisão que se arrasta desde o ano passado, há mais de 120 dias, e com direito a outro tanto que



o colocou distante das mordomias que o cargo de desembargador lhe propiciava, sem falar no poder exercido como Presidente do TJ.

Em casa, distante do dia a dia comum nas funções que exercia, Clayton Camargo mantém a esperança de voltar depois deste descanso remunerado que lhe proporcionou a Justiça.

O mesmo acontece com o filho, Fabio Camargo, eleito por influência do pai, conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, cargo do qual está afastado mas mantendo polpudo salário e funcionários que permanecem comissionados na instituição.

Convenhamos, tem punição melhor do que esta?

Ficar em casa e receber sem problemas a cada final de mês, assistindo a distância o andamento de recursos e mais recursos que tentam salvar uma situação condenável desde o princípio?

16 AGO 2014

# IMPACTO PARANÁ

## CONSELHEIROS QUE ESTÃO FORA DO TC CONTINUAM TEIMANDO PARA VOLTAR

Os dois insistem que vão continuar sua luta até onde o pescoço aguentar.

Tanto Mauricio Requião, que já desembarcou faz muito tempo, e Fabio Camargo que há alguns meses de saiu, voltou e saiu de novo, ambos mantêm um discurso pessoal sonhando em ocupar novamente este cargo vitalício.

Mauricio Requião chegou a ter uma eleição que escolheu ocupante de sua vaga, caso de Ivan Bonilha, embora mantenha via judicial a esperança de que voltará ao cargo que ocupou por alguns meses mesmo com a suspeita do tráfico de influência do seu irmão governador na época em que ganhou este presente vai Assembleia Legislativa.

Fabio Camargo, por sua vez, vive uma situação mais ou menos parecida, embora esteja a menos tempo sem ocupar o cargo, recebendo em casa este polpudo salário do TC, o que não ocorre com Mauricio Requião que vai imaginando uma poupança.

Os dois, por enquanto, mesmo que seja uma manifestação de apenas dois participantes, continuam desfraldando a faixa de "unidos venceremos"



16 AGO 2014

# IMPACTO PARANÁ

## SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

**DIREITO DE RESPOSTA: DEFENSORES PÚBLICOS ATUAM EM SJP POR UM EFETIVO  
DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA**

Ocupa-se este espaço editorial para o exercício legítimo de direito de resposta à matéria publicada na pg. 9 da edição 936 (de 1º a 7 de agosto) deste periódico, que além de ter prestado informações equivocadas quanto ao funcionamento da Defensoria Pública em São José dos Pinhais, ofendeu a honra e a imagem dos Defensores lotados neste Município.

Em primeiro lugar, vale destacar que o responsável pela matéria publicada nunca teve qualquer espécie de contato com os Defensores, seja pessoal ou profissional, tampouco buscou ouvir suas versões sobre os fatos. Embora os Defensores Públicos tenham sido descritos pejorativamente, é de se destacar que seu relacionamento com servidores, juizes e promotores é de extrema cortesia e respeito, sendo certo que os "embates" se restringem ao campo jurídico, através dos instrumentos disponíveis para impugnação de decisões.

De se destacar que desde que os Defensores Carlos Augusto S. Moreira Lima e Renan Thomé de Souza Vestina passaram a atuar na esfera criminal, a superlotação carcerária na única delegacia de SJP diminuiu drasticamente, afastando as ameaças de rebelião, além de proporcionar um mínimo de dignidade aos presos e aos seus familiares. Os investigados criminais também contam agora com a atuação firme e competente dos Defensores, que vêm primando pela efetividade do direito fundamental à ampla defesa, cuja observância do devido processo legal é levada a cabo e com excelência por estes profissionais.

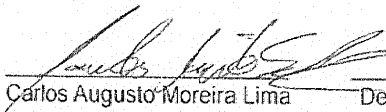
Também diferente do que foi alegado, o Defensor Devidério Machado Lima não restringe sua atuação à administração da Defensoria, e desde a inauguração da sede, vem prestando com primazia atendimento ao grande público na área de família, tendo solucionado inúmeros casos por conciliação, de forma pacífica e satisfatória para os envolvidos, contribuindo para evitar a máxima judicialização dos conflitos no Município.

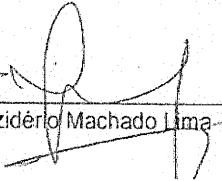
Todos esses dados objetivos mostram que a implementação da Defensoria tem trazido inúmeros benefícios à população paranaense, contando com profissionais dedicados à correta aplicação da Justiça, embora, infelizmente, a implantação de um serviço público gratuito e de qualidade tem incomodado bastante aqueles que já estão acostumados a explorar, tratar com indiferença ou criminalizar o cidadão carente.

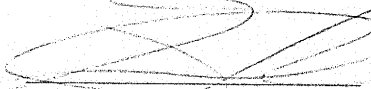
Reafirma-se aqui, a despeito da tentativa de humilhação pública, o compromisso de que os Defensores Públicos continuarão atuando com firmeza, defendendo os interesses daqueles que são constantemente marginalizados da sociedade.

Assinam esta manifestação os Defensores Públicos lotados em São José dos Pinhais, cuja sede está localizada na Travessa Brasil, 123, Centro.

São José dos Pinhais, 11 de agosto de 2014.

  
Carlos Augusto Moreira Lima

  
Devidério Machado Lima

  
Renan Thomé de Souza Vestina



16 AGO 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

DECISÃO DO STF

## Cotas negadas em concursos

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem pedido do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) para que seja obrigatória a reserva de 20% das vagas para pardos e negros em concursos públicos do Legislativo e Judiciário. Segundo a ministra, a concessão do mandado de segurança significaria interferência do STF no Legislativo.

A Lei nº 12.990/2014 foi publicada no dia 9 de junho e criou a reserva de 20% nas vagas em concursos públicos para pardos e negros em órgãos da administração federal, como autarquias, fundações e empresas públicas. Ao recorrer ao STF, o instituto alegou que não foi feita justiça social, pelo fato de o Judiciário e o Legislativo não terem sido contemplados pela lei.

Na decisão, a ministra entendeu que cabe ao Poder Legislativo decidir em quais setores a reserva será aplicada. “Tampouco a impetração poderia ser admitida sob o argumento de violação a direito previsto no Estatuto da Igualdade Racial, pois, como realçado na manifestação do procurador-geral da República, a lei não reserva 20% das vagas em concurso público aos negros, mas apenas a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público, com a transferência do juízo de sua adequação aos órgãos competentes”, disse Cármen Lúcia.